RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.
Ano V, v.1, n.1, jan/julho 2025. | submissão: 06/03/2025 | aceito: 08/03/2025 | publicação:10/03/2025

Pobreza e Conflitos Políticos nas Escolas Noturnas do Interior da Província do Grão-Pará (1871-1879).

Poverty and political conflicts in night schools in the interior of the province of Grão-Pará (1871-1879).

Elias Santos de Brito– Mestrando PPEB/UFPA- GHEDA- SEDUC-PA
Clarice Nascimento de Melo – Docente - PPEB/UFPA - GHEDA

RESUMO:

A década de 1870 marcou o nascimento das escolas noturnas na província do Grão-Pará, nesse movimento que vinha ocorrendo pelas diversas províncias do império brasileiro daquele tempo a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Bahia, Ceará e muitos outras irão, ao seu modo, colocar em prática o ensino para alfabetizar adultos livres. Em Abril de 1871, o presidente da província Joaquim Pires Machado Portella aprova o regulamento da instrução pública, precisamente, no "Art.27. Para o ensino primário de adultos haverá uma escola nocturna em cada uma das cidades da província e duas pelo o menos na capital". A regulamentação das aulas noturnas estimulou, uma rápida procura por matriculas na escola da câmara municipal de Belém regida pelo Padre Felix Vicente de Leão e pelo político João Diogo Clemente Malcher, seus fundadores. Porém, não demorou para que as desavenças começassem, membros das forças políticas formadas por liberais e conservadores disputaram a hegemonia pelo controle das escolas noturnas criadas, a partir de 1871, no interior do Grão-Pará – Vigia, Ponta de Pedras, Soure, Marapanim e Óbidos foram alguns dos municípios em que se implantaram escolas noturnas. Esta pesquisa histórica, utilizando de jornais e manuscritos do Arquivo Público do Pará, procura debater aspectos dessas refregas que ora pensavam na formação dos alunos adultos trabalhadores, assim também como explora os interesses pelo do controle da escola noturna pelos sujeitos ligados as agremiações políticas da província do Grão-Pará.

Palavras-chaves: Escola Noturna. Interior. Conflitos Políticos. Província do Grão-Pará.

ABSTRACT:

The 1870s marked the birth of night schools in the province of Grão-Pará, in this movement that had been occurring throughout the various provinces of the Brazilian empire at that time, such as Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina, Bahia, Ceará and many others, in their own way, put into practice teaching to make free adults literate. In April 1871, the president of the province Joaquim Pires Machado Portella approved the regulation of public instruction, precisely, in "Art.27. For primary education for adults there will be one night school in each of the cities in the province and at least two in the capital". The regulation of night classes stimulated a rapid search for enrollments at the Belém city council school run by Father Felix Vicente de Leão and politician João Diogo Clemente Malcher, its founders. However, it did not take long for disagreements to begin, members of the political forces formed by liberals and conservatives disputed hegemony for control of the night schools created, from

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1871, in the interior of Grão-Pará – Vigia, Ponta de Pedras, Soure, Marapanim and Óbidos were some of the municipalities in which night schools were established. This historical research, using newspapers and manuscripts from the Public Archive of Pará, seeks to debate aspects of these conflicts that sometimes focused on the training of working adult students, as well as exploring the interests in controlling the night school by subjects linked to political associations in the province of Grão-Pará.

Keywords: Night School. Interior. Political Conflicts. Province of Grão-Pará.

1. INTRODUÇÃO

As escolas noturnas na província do Grão-Pará, efetivamente regulamentadas na legislação provincial de 1871, foram resultados de movimentos no campo da educação nacional que procuravam debater a função social da escola no processo de desenvolvimento das forças produtivas, em meio as mudanças no campo político, cultural, econômico e educacional, agregadas, a efervescência das incipientes ideias republicanas que passaram a ganhar força a partir de 1870. A escola, a educação, segundo os cânones positivistas deveria ser responsável pela formação de um modelo de cidadão disciplinado, obediente e dedicado ao progresso da pátria.

Mas, o contexto teórico discutido pelos homens de letras ligados à educação que enfatizavam a simpatia por essas ideias para conduzir a sociedade a civilização, esbarravam nas dificuldades econômicas existentes no país e na província do Grão-Pará daquele tempo - a falta de recursos orçamentários para colocar em prática o enredo desse projeto educacional colocou em rota de colisão distintos posicionamentos para alfabetização da camada pobre e adulta.

Com isso, a escola nos seus princípios organizacionais passou ser espaço disputado por maçônicos e liberais que defendiam a escolarização como livramento do caminho para superação do atraso educacional da província do Grão-Pará, por outro lado, os conservadores acreditavam que a instrução tinha serventia para ensinar as primeiras letras ao aglomerado de cidadãos excluídos, historicamente, da escolarização.

A reflexão desse texto, no recorte de 1871 a 1879, tem como escopo compreender de que forma as primeiras escolas noturnas foram sendo implantadas dentro do interior da província do Grão-Pará regulamentadas na legislação educacional. As aulas noturnas foram ratificadas na legislação pelo presidente da província Joaquim Pires Machado Portella que no regulamento da instrução visava organizar e disciplinar o funcionamento das escolas primárias, sendo o primeiro a regulamentar a existência de aulas noturnas. “Art.27. Para o ensino primário

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

de adultos haverá uma escola nocturna em cada uma das cidades da província e duas pelo o menos na capital" (Portaria de 20 de Abril de 1871 - Coleção das leis da província do Grão-Pará – Tomo: XXXIII, Pará, Typografia do Diario do Gram-Pará, p.19)

Nesse processo, sujeitos com diferentes posicionamento políticos fizeram parte, desde os idealizadores até os alunos participantes, sem os quais jamais ganharia vida as aulas noturnas; sujeitos contrários e a favor; abastados e miseráveis; escravizados e escravocratas, progressistas e retrógrados foram esses atores que fizeram parte desses primeiros momentos de existência das escolas noturnas.

Refletindo nessa perspectiva histórica que me insinuei a buscar pistas nas fontes do tempo passado, esquivando-me de respostas prontas, tão quanto pretendo apontar a solução dos problemas que fazem parte do cotidiano das resistentes instituições. As permanências históricas como a pobreza, o preconceito, a classificação etária, a evasão, a falta de recursos são emblemas que caracterizaram o ensino noturno na capital, sobretudo, no interior.

Ao problematizar a periodização histórica (Le Goff, 2015, p.132) mostra que há uma movimentação sistemática das fontes no campo da problematização, tornando a história uma ciência com sustentação objetiva que se refaz continuamente, à medida que novos problemas são tratados e pesquisados. O debate, portanto, com novas fontes históricas permitem ao pesquisador da educação identificar no cotidiano da sociedade imperial paraense nuances das lutas pelas implantação das aulas noturnas.

Diante desse cenário, compreender como se deu esse processo no século XIX de implantação das aulas noturnas e consequentemente as experiências decorrentes fomentadas pelos sujeitos que estiveram envolvidos com as mudanças educacionais, leva a uma problematização da escola e dos sujeitos nela contidos no tempo.

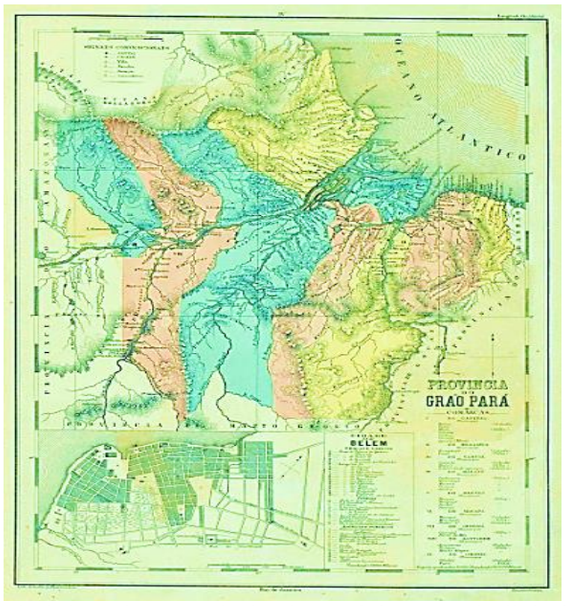
AS ESCOLA NOTURNAS: DA CAPITAL PARA O INTERIOR

Ainda em 1871, um articulista do periódico O Liberal do Pará, animado com a ideia dos primeiros resultados com a rápida procura por matriculas na escola noturna da câmara municipal de Belém afirmou: "Oxalá que chegue pelo interior" e com razão nos seus comentários, logo que proclamada na capital a inauguração da primeira escola noturna, a região interiorana seguirá os passos da capital nesse processo voltado para escolarizar adultos.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Concomitante as da capital as freguesias da província começam abrir as aulas noturnas para seus moradores estudarem, ao contrário, do que se pensa as escolas noturnas do sertão paraense são empreendidas em meio aos aplausos, mas também seguem os passos da pobreza, da miséria, das polemicas, das intrigas políticas são algumas das características que marcam as primeiras escolas noturnas do interior paraense.

Fonte: MENDES, Cândido Mendes. Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões



administrativas, ecclesiasticas, eleitoraes e judiciarias : dedica do a Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado à instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II, p.46. Disponível em:https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179473

Isso, entretanto não impediu que diversos atores entusiasmados com a ideia das aulas para adultos, abrissem espaços em casas e salas alugadas para colocarem, em pratica, o que outrora era considerada uma utopia a instrução popular. E foi assim que Vigia tornou-se a primeira cidade do interior a receber uma escola noturna, fundada pelos jovens professores Francisco Ferreira de Vilhena Alves e Francisco Quintiliano de Araujo Nunes, batizada de "Recreio Litterario", no ano de 1871 publicava seus estatutos:

> **Artigos regulamentares de ensino e direção do "Recreio Litterario"**
> Art. 1º Com a denominação de Recreio Litterario fica creada na cidade da Vigia uma escola particular para meninos e adultos.
> Art, 2º - O mesmo constará das seguintes matérias: leitura e escripta; grammatica elementar e philosophica; aritmética desenvolvida, especialmente o systema métrico; instrucção moral e religiosa: podendo o numero de aulas ser augmanetado quando assim se julgar conveniente.
> Art. 3º Admittir-se-hão á matricula somente meninos que não estiverma matriculados nas escolas publicas: para os adultos, porem, nenhuma distincção haverá.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> Art. 11º -Cada um dos alumnos aultos contrinuirá no acto da matricula com a quantia de 2$000 reis, que será empregada na compra de livros, a fim de montar-se uma pequena bilblioteca popular: onde possam os mesmos alumnos, assim como o povo Vigiense adquirir maior somma de conhecimento uteis.
> Art. 14º- O ensino para os meninos será isento de toda e qualquer contribuição.
> Art. 16º - Haverá um livro de para matricula dos meninos e outro para dos adultos.
> Art. 17º - O methodo de ensino será o simultâneo.
> Francisco Ferreira de Vilhena Alves
> Francisco Q. de Araujo Nunes.[1]

Os regulamentos do "Recreio Litterario" personificam uma proposta pedagógica de uma escola voltada para atender meninos e adultos, com método lancasteriano que se servia do auxílio dos alunos (adjuntos), isto é, aqueles mais adiantados para auxiliar o professor na classe, as aulas noturnas da escola de Vilhena Alves e Araujo Nunes, empregavam leitura e aritmética "desenvolvidas", não fazendo distinção de idade quando maiores procurassem a escola, porém para ter o registro da matricula dos alunos era exigida uma pequena quantia em dinheiro, cujo fundo destinava-se para abrir uma "biblioteca popular" para incentivar a população vigiense a buscar nos livros os esclarecimentos para compreender a realidade política local, nacional e estrangeira.

Vilhena Alves tinha o entendimento de que a liberdade do povo e construção da civilidade estava consignada ao conhecimento. Por isso, ler e contar representavam a chave para superação do atraso, arregimentando a formação de um cidadão consciente de seu direitos, assim, a concepção de educação do literato e professor colocava a instrução como a base para superação da degeneração social. Dessa forma:

> A instrucção popular? Ella é a maior garantia dos direitos civis e políticos de um povo; É o sustentáculo de suas liberdade (...) um povo instruído póde com maior facilidade estudar as leis do seu paíz, afim de pautar os seus actos pelas regras da equidade e não commeter esses crimes horríveis que todos os dias se põe em practica nos paizes poucos adiantados em civilização. (...) povo instruído q' conhece seus direitos e deveres (...) a instrucção é base da liberdade (...) instrui o povo e ele será completamente livre (...) [2]

[1] A Pedido. O Liberal do Pará, N.225, P.1, 10 OUT 1871. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br

[2] Escola Noctruna Estabelecida na Cidade da Vigia. O Liberal do Pará, N.224, P.1, 08 OUT 1871.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Vilhena Alves pensava a escola como uma instituição responsável pela manipulação da realidade social, mas que tinha um papel fundamental no processo na formação do cidadão. Entretanto, para conhecer o que denomina de "direitos e deveres" era preciso fazer uso dos instrumentos que a escola poderia oferecer, sobretudo, a instrução popular, negada a décadas pelo Estado aos homens adultos pobre, miseráveis da sociedade daquele tempo imperial.

A solução, segundo, aponta estava em ofertar gratuitamente a escola popular a quem mais precisava para ter a o conhecimento necessário para superar o atraso educacional relacionando-se com prévio entendimento das leis que regulavam o Estado. Portanto o sentido da liberdade estava em praticar e respeitar as leis do país, infringi-la, provocava uma aproximação com "os paizes pouco adiantados em civilização".

Assim sendo, a instrução popular vai construir-se, na cidade da Vigia, como a base para elevação dos valores pleiteados pelo "Recreio Litterario". Engajados na primeira escola noturna da Vigia vários professore começaram a puxar esse movimento que se multiplicará pela planície paraense- "leccionaram os seguintes Srs.: Professor Araujo Nunes, na de Arithemetica; José Joaquim de Carvalho Junior, na de Phisica e Chimica; Professor Antonio R. de Souza, na de leitura e escripta e Vilhena Alves, na de Grammatica".[3]

Logo depois da cidade de Vigia haverá pela província, em função do estabelecimento das câmaras municipais, abertura de outras escolas noturnas. Em janeiro de 1872, na cidade de Macapá[4], antigo território paraense a vereança municipal resolveu estabelecer uma escola noturna para o ensino de adultos:

> A câmara minicipal desta cidade autorizada pelo art.27 da lei 695 de 25 de outubro de ultimo, creou uma escola nocturna de adultos, a qual foi installada, no passo da mesma câmara, no dia 8 do corrente as 7 horas da noite. Dias antes, a câmara publicou seu edital convidando não só as pessoas, que quisessem e estivessem no cazo de matriculados, como a todos os cidadão em geral (...) Foram matriculados nessa ocasião 53 alumnos (vou dizer algumas palavras em relação ao professor de 1ª letras desta cidade Manoel José de Pinho. (...) No decurso de mais de três anos tem dado bastante provas de sua negligencia e incapacidade.
> O Sr. Pinho nomeado pelo exm. Sr. Abel Graça, presidente desta província, professor de uma escola nocturna, publicou um edital, anunciando a abertura

[3] Idem.

[4] Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas assina o Decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, desmembrando o território do Amapá do Pará, estabelecendo suas fronteiras com países e Estados vizinhos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> de sua escola no dia 8 do corrente, na caza de sua residência, sita á rua da Atalaia, (rua que nunca houve nesta cidade).
> Apparição d'este annuncio pregado em todos os cantos da cidade, provocou riso á todas pessoas que o lião. No dia anunciado, abrio-se a porta velha da casa de sua residência, onde apenas o professor apresentou um candieiro velho, do seu uso cotidiano. A sala não sofreu alteração alguma, conservando a mobília de bancos velhos da velha escola. O resultado foi que se devia esperar – não se lhe apresentou um só alumno até hoje. (...)
> *Os tres amigos da Instrucção* [5]

Pelo que o foi informado pelos denunciantes "os três amigos da Instrução" a escola noturna do professor Manoel José de Pinho não estava conseguindo atender com regularidade seus alunos, pois a escola não funcionava no endereço para onde fora indicada "Rua da Atalaia". Entretanto, os comentários publicados em um jornal oposto ao grupo politico de presidente Abel Graça deixa evidente que havia um vazio na exposição feita pelos "os três amigos da instrucção", já que passado mais de três anos de funcionamento da escola noturna do Sr. Pinho foram mensurar sua "incapacidade e negligência".

Essa forma de desprestigiar o trabalho, dando relevância inócuas aos fatos era maneira de buscar visibilidade para neutralizar seu adversário político e tomar posse da escola noturna. Para tanto adotavam como prática caracterizar o ambiente de trabalho postergando para os leitores do periódico e para o próprio governo as decisões cabíveis sobre o fechamento e punição docente "(...) a sala não sofreu alteração alguma, conservando a mobília de bancos velhos da velha escola". A humildade da sala iluminada por um candeeiro, as críticas ao oficio do Sr. Pinho, diziam ser responsável pelo desaparecimento dos iniciais 53 alunos que procuraram a escola para estudarem a noite.

Domingos Soares Ferreira Penna[6], fez o seguinte comentário sobre as aulas nas escolas do interior do Grão Pará:

[5] Macapá 18 de Janeiro de 1872, Sr. Redatores. O Liberal do Pará, N.20, P.2, 26 JAN 1872.

[6] Nasceu em Minas Gerais em 1818. Estabeleceu-se no Pará, onde viveu por 30 anos, falecendo em Belém em 1888. Foi bibliotecário publico, professor, jornalista, geógrafo, etnólogo e arqueólogo. Dedicou – se a pesquisa arqueológica, sobretudo na ilha do Marajó. Coletou volumoso material e dessa atividade resultou a ideia da fundação de um museu em Belém. Em 1866, fundou uma Sociedade Filomática que em 1867 inaugurava as suas coleções com a denominação de Museu Paraense. Esta iniciativa, que começou modestamente, tranformou – se num dos maiores centros de pesquisa de todo o mundo e o mais importante da faixa tropical. A glória de fundador do museu paraense não se ostenta na denominação deste museu, mas no jardim botânico se ergue um pedestal com a herma de Domingos Soares Ferreira Penna, homenagem do museu à memória do seu fundador. Catalogo de Obras, p.97 – Disponível em: https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> Quando se vae estudar casual o intencionalmente no interior da província a macha do ensino, descobre-se involuntariamente desagradável entre o que se vê e o que se lê, (...) O estado do ensino no interior da província nada tem de lisonjeiro. A matricula dos alumnos é quase sempre *uma ficção Oficial*, é uma relação da frequência muitas vezes não é o menos.[7] (Grifo do autor)

A condição, portanto de pobreza e manipulação dos números de alunos matriculados, na opinião, de Ferreira Penna parecia ser unânime informando que a frequência nos mapas de registro de chamadas e atividades não coincidiam com as informações repassadas para diretoria da instrução pública. O interior, marcado pela distância, isolamento e abandono do Estado provincial contribuíam para que a população ficasse alheia ao que acontecia dentro da capital.

A sala suja, moveis velhos, objetos usados, o cenário característico para críticas como a descrita da escola noturna do professor Pinho de Macapá, jamais seriam notadas se denúncias não publicadas nos periódicos falsas ou verdadeiras chegassem à tona, as autoridades pedagógicas não se ocupavam apurar a veracidade das informações. O governo provinciano tratava com certo desdém a população interiorana que era vista pelas lentes da teorias racialistas como bem sublinha, Ferreira Penna:

> (...) aos professores mostram todos mais o menos zelosos em cumprirem suas obrigações. O mal tem origem principal nos hábitos; costumes e, frequentemente na falta de recursos da maioria dos habitantes, principalmente, dos que nunca tiveram instrução alguma.[8]

O problema estava na própria população, acusada por Ferreira Penna de maus "hábitos e costumes", a pobreza dizia bastante sobre as pessoas, diga-se sobre os adultos. Com seus moradores formados, eminentemente, por mestiços, brancos, negros e índios, esses grupos raciais alimentam a descrença e potencializa a própria falta de investimento na instrução pública para adultos, contudo, o arqueólogo reconhece o esforço dos professores sempre "zelosos" com seus alunos.

Em nota publicada, em 1872, o articulista de O Liberal do Pará observa positiva a abertura da escola noturna tanto na Vigia quanto em Macapá:

[7] PENNA, Domingos Soares Ferreira. Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá. Pará: Typ. Do Diário do Gram – Pará, 1874. p.21

[8] Ibidem, P.22

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> Não ficou circumscripto á capital o grande movimento iniciado por aquella distincta corporação. Nas cidades da Vigia e de Macapá abrirão-se também escolas nocturnas para o povo, e acaba de ser installada na freguesia do Acará uma outra a esforços do respectivo professor publico, o sr. Antonio Roiz de Lima, que também se encarregou de dirigil-a. No dia da abertura matricularão-se n'esta escola 17 alumnos. Em nome dos habitantes da província e dos mais vitaes interesses de nossa chara pátria, agradecemos com a mais sincera efusão de reconhecimento o nobre e louvável commetimentto desses apóstolos do progresso, que assim procurarão prestar ao paiz tão assignalado serviço e fazemos votos para tão belos exemplos continuem a ser imitados, a fim de poder a instrucção primaria derramar-se por todos os pontos da província como reclamão o nosso estado de atraso e os interesses geraes da população.[9]

A escola noturna, portanto não se restringiu a capital, ganhou o caminho do interior, consolidada na cidade de Belém, o "povo", segundo o periódico foi receptivo as aulas para adultos, enquanto uns tratavam com pessimismo abertura dessas aulas, a descrição do texto aponta para uma outra visão sobre a motivação que levaram os professores das localidades distantes aderirem a essa forma de escolarização para homens trabalhadores.

Na Vigia os professores Vilhena Alves e Araújo Nunes, em Macapá o professor Pinho, no Acará o professor Antônio Roiz Lima com seus primeiros 17 alunos matriculados, passaram a receber o batismo de "apóstolos do progresso", já que estavam atuando em um ramo de serviço que traria importantes resultados para o país e também para província. Por isso, os interesses gerais da população estavam fortalecendo o movimento em prol da escola noturna do sertão do Grão-Pará. E, caminhando para Santarém:

> Nesta cidade há duas escolas nocturnas dirigidas pelos srs. Professores João Pereira Gomes, estipendiado pela província, e Manoel Sebastião de Moraes Sarmento, pelo cofre de nossa municipalidade. Frequentão esta mais de setenta [70] alumnos entre adultos, e menores, livres e escravos. Nesta cidade vae-se derramando largamente a instrucção publica, por todas as classes e mais tarde serão colhidos os resultados de tão salutar medida. Quizeramos que também nos rios de maior importância pela sua população e industria agrícola, como Aritapera e Arapixuna se creasse uma escola em cada um deles, para alli beberem os primeiros rudimentos do ensino primário todos aquelles que por sua condição e circumstancias não podem frequentar as escolas desta cidade. Como tal medida depende de acto do poder legislativo provincial confiamos no acrisolado patriotismo dos nossos deputados, para que na próxima legislatura confeccionarem uma lei a respeito.[10]

[9] Factos Diversos. O Liberal do Pará, N.44, P.1, 27 FEV 1872.

[10] Escola Nocturna. Baixo Amazonas, N.15, P.2, 19 OUT 1872.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A escola noturna dos professores João Pereira Gomes e Manoel Sebastião de Moraes Sarmento, professores financiados pelo Estado e pela municipalidade nas suas respectivas escolas reuniam mais de 70 alunos que se misturavam entre livres e escravos, menores e adultos, cujo objetivo era popularizar nos meios sociais a presença da escola. Contudo havia nas imediações de Santarém nos rios Arapixuna e Aritapera, comunidades agrícolas e industriais habitadas, por significativo número de adultos que precisavam "beber os primeiros rudimentos do ensino primário", inclusive solicitando aos legisladores aprovarem leis que destinassem atenção aos moradores dessas duas localidades.

Na região nordeste da província, em Bragança, foi publicada a seguinte nota sobre a escola noturna do professor Augusto Heleodoro de Azevedo Corrêa:

> A câmara municipal de Bragança – Conforme solicita a câmara municipal de Bragança em officio datado de 5 do corrente mez, dou o meu consentimento para que possa a escola nocturna instituída por essa municipalidade, funcionar d'ora em diante na casa em que funcciona a escola publica de ensino primário regida pelo professor Augusto Heleodoro de Azevedo Corrêa, visto como é este mesmo professor o encarregado da dita escola nocturna q não pode continuar estabelecida no Paço Municipal por falta de commodos, e para a qual não póde a câmara alugar casa especial por deficiência de meios precisos conforme alega. Communicou-se ao director geral interino da instrucção publica e ao tesouro provincial.[11]

O representante da câmara municipal de Bragança justificando ao professor primário Augusto Heleodoro que embora o paço municipal tivesse incentivado a criação da escola noturna, mas não havia local para instalação da mesma, visto a falta de recursos e espaço adequado que a câmara não dispunha. Assim, a escola noturna deveria continuar funcionado na mesma residência do professor para evitar seu fechamento e aumento de despesas, observa-se, "o jeitinho" que os vereadores encontraram para ter em atividades as aulas para adultos. E, de Santarém vem uma nota também no Jornal do Pará com a seguinte esclarecimento:

> Santarem – Esta câmara no seu relatório, entre outras coisas medidas reclamando á bem do seo município, pede-vos o seguinte: (...) Que marqueis a gratificação anual de 120$000 rs, á um ajudante do professor da escola nocturna, visto ser grande o numero de alunos que frequentão aquella escola,

[11] Expediente do Governo. Jornal do Pará, N.125, P.1, 06 JUN 1874.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

> e não poder o professor, por si só, desempenhar as funcções do seu cargo sem esse auxiliar.[12]

A propagação da escola noturna pelo interior, nem sempre, conforme a solicitação da câmara de Santarém representava a esperança pelo financiamento do Estado, visto que a diretoria da instrução publica responsável pelo repasse de recurso deixava o professor em situação difícil, caso de Manoel Sebastião de Moraes Sarmento que exigia da câmara a contratação de um professor adjunto para lhe ajudar nas aulas, pois a classe noturna, estava bastante lotada. Por isso, não havia como garantir o ensino, a instrução sem a presença de um auxiliar para aplicar as lições e corrigir as atividades dos alunos.

No Marajó, na vila de Chaves, contra costa do Marajó, no ano de 1875, o Juiz de direito Dr. Joaquim Jonas Bezerra Montenegro

> (...) Tenho a satisfação de acusar o recebimento do officio em que vmc. comunicou-me haver realizado no dia 28 de janeiro do anno corrente, a instalação de uma escola nocturna do ensino primário gratuito para adultos na villa de Chaves. Louvando o seu desempenho que o coadjuvarão, aprovo o procedimento do professor publico d'aquella villa que encarregou-se da regência da dita escola.[13]

O Juiz foi responsável pela abertura de uma escola noturna, indicando um professor para assumir as funções na escola primária para moradores adultos do sexo masculino, da mesma forma, na freguesia de Ponta de Pedras, em 1877, a "Directoria da Sociedade "Palestra Litteraria" cria sua escola noturna:

> Directoria da sociedade "Palestra Litteraria" em Ponta de Pedras, 13 de agosto de 1877 - - Ill e exm.sr.[João Capistrano Bandeira de Mello Filho] – (...) da mesma sociedade, creada no dia 1º de março do corrente anno, por iniciativa do professor adjunto da escola publica desta localidade com fim de crear uma biblioteca e manter uma escola para adultos, na qual ensina as matérias seguintes: grammatica da língua nacional, arithemetica, princípios elementares de musica e francez.

[12] Parte Official. Jornal do Pará, N.90, P.1,22 ABR 1875.

[13] Expediente do governo. Jornal do Pará, N.94, P.1, 27 ABR 1875.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Importante diferencial da escola noturna de Ponta de Pedras está em seu currículo, diferente daquele das escolas da capital, incluindo Francês e aulas de músicas para os alunos, Dessa forma as escolas iam sendo criadas por iniciativas de professores, no caso de Ponta de Pedras, um professor adjunto, ou seja, um aluno teve que assumir a frente da educação para adultos, e no dia 13 de Agosto de 1877, conseguiu estabelecer uma biblioteca que serviria para todos os moradores, especialmente para homens, jovens que haviam sido matriculados para assistirem as aulas noturnas.

Em Monte Alegre, região do baixo Amazonas, porém a escola noturna fomentada pelo vereador e professor público João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja terá outro sobjetivos, conforme declara seu fundador:

> Professor João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja, vereador suplente da câmara. A câmara actual creou para seu município uma escola nocturna e que consome anualmente seis sentos mil réis (600$000) !! (...) Há desesseis anos estiveram a frente do município [Monte Alegre]. Coloca os na câmara municipal os liberaes, nada absolutamente fizeram, em prol do município, que merecesse aprovação de seus munícipes, apeião estes aquelles da câmara, collocão ali os conservadores, que inicião o seu tirocínio por um acto o mais magnânimo, a creação de uma escola, onde gratuitamente dá educação a classe prolectaria da sociedade, cujo meio mais tarde se virá reduzir a estatística criminal, concorrendo para o desenvolvimento da agricultura e artes no município (...) Y.[14]

A escola do noturna do professor João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja, na visão dele procurava criar um contraponto em relação a presença dos liberais no poder em Monte Alegre, pois tinham feito uma despesa de 600$000 reis anuais, fato que teria provocado um grande desperdício de recurso público, em relação aos fins da educação. Para o professor a chegada dos conservadores trouxe "progresso" já que a escola noturna viria com a possibilidade tanto de atender ao grupo denominado de "proletários", contudo apostava seus objetivos com livramento dos homens adultos estarem longe das transgressões.

Portanto, havia identificado que a ociosidade era responsável pelo aumento da criminalidade, para resolver esse problema a escola viria com status de salvamento para aqueles considerados perigosos dentro da sociedade montealegrensse. Além do mais, propagaria o desenvolvimento nesse meio social adulto fazendo com que os homens tivessem maior disciplina pelo trabalho na agricultura, bem como nos ofícios técnicos.

[14] A pedido (Monte Alegre 10 Março de 1878.). A Constituição, N.71, P.2, 29 MAR 1878.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

A câmara municipal de Monte Alegre, entretanto passou a ser taxativa com duplo exercício de função pública, o alvo passou a ser o professor da escola noturna João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja:

> Ao presidente da câmara municipal de Monte Alegre, Miguel Calmão d'Assunção – transmitindo, por copia, incluso officio de 12 do corrente, que me dirigiam os vereadores dessa câmara Joaquim Barbosa d'Amorim e Nunes Loureiro, recomendando a vmc. Que informe, com urgência, sobre o assumpto do mesmo officio, ficando desde já sciente de que foi regular o seu procedimento, convocando e juramentando para tomar assento na câmara, como suplente de vereador, ao professor João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja, pois que, além de serem incompatíveis os cargos de vereador e professor publico, conforme é expresso nos avisos de 22 de Julho de 1843 e n.385 de setembro de 1861, o art. 77 do regulamento da instrucção publica prohibe que os professores exerceçam qualquer emprego ou cargo alheio á sua profissão; sendo que acresce á circumstancia de ser o professor, de quem se trata, empregado dessa câmara, visto como acha-se regendo a escola nocturna ahi estabelecida a expensas da municipalidade.[15]

O presidente da câmara, nas suas atribuições de fiscalizar os serviço que lhe cabia, supõe-se que por ter filiação liberal, mandou os vereadores Joaquim Barbosa d'Amorim e Nunes Loureiro, em caráter de "urgência", proceder regulamente e colocar como opção para o professor João d'Annunciação d'Oliveira Pantoja, que por juramento e baseado em avisos de 1843, 1861 e no art. 77 do regulamento da instrução publica que o dito professor teria que escolher se permaneceria no cargo de suplente de vereador ou se continuaria à frente da escola noturna sustentada pela municipalidade.

Não se sabe qual foi a escolha do professor montealegrensse, mas ficava evidente que opção política encurralou a decisão em continuar como vereador ou se continuava afastando seus adultos da criminalidade. Na vila de Faro, ao contrário, de Monte Alegre o professor noturno tinha grande respeito e aceitação da população local:

> **Escola Nocturna** – E ainda de Belém, do Pará, a seguinte noticia que extrahimos do *Constituição* de 20 de Dezembro próximo passado. "– A câmara de Faro comunicou a presidência que inaugurara a sua escola nocturna no dia 1 do corrente tendo nomeado para regel-a o ex-professor publico dessa villa o Sr. Francisco de Salles Borges, que sempre foi bem quisto, não só pelos seus alumnos como pelos paes dos educandos". Ainda bem que lá professores publicos gozam de apreço![16]

[15] Expediente do governo. Jornal do Pará, N. 51, P.1, 02 MAR 1878.

[16] A Escola (RJ). Revista de Educação e Ensino, N.3, P.37, 19 JAN 1878.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

O periódico da cidade do Rio de Janeiro, voltado para tratar de assuntos pedagógicos, reforçava a importância que a escola noturna passava ocupar na Amazônia, a circulação de informações mesmo com as dificuldades da época, não eximiu o positivo elogio do articulista, referindo-se ao trabalho do professor Francisco de Salles Borges que possuía elogiada qualidades para o exercício do cargo que lhe fazia ter respeito dos pais e alunos. Essa positivação, não era mesma na capital do império, em que os professores eram perseguidor e muitos não tinham a mesma adjetivação do professor de Faro.

A escola noturna fundada pelo subdelegado de polícia e regida pelo professor Manoel Joaquim Campos Machado, matricularam –se, inicialmente: 7 adultos e 6 menores. Uns foram direcionados pelos pais e outros pelas mães. Nessa escola, os alunos eram oriundos da cidade de Faro, entretanto havia um Português, outro vindo de Belém, outro da cidade de Tefé, Amazonas, outro de Breves, no Marajó, inclusive um dos alunos já trabalhava profissionalmente como oficial de sapateiro. O lugar, portanto mostra o grande fluxo migratório que havia na Amazônia, no caso, na província do Grão-Pará.

As escola noturnas acabaram tornando-se uma esperança para quem não havia a frequentado os bancos escolares, contudo, a manutenção de algumas dessas escolas pela planícies da província era o grande desafio para educadores e alunos. Em oficio datado do mês de Novembro de 1879, o professor Conrado Conceição Nicolau comunica a autoridade superior as condições e compromisso de sua escola:

> Escola Publica de 2ª Entrância em Óbidos, 23 de Novembro de 1879.
> Illustríssimo senhor. Remeto a vsª os mapas de annuais e os do ultimo trimestre do anno lectivo findo, das escolas diurna e nocturna regidas por mim: por intermédio do sr presidente da câmara municipal que se acha no exercício da casa e do delegado litterario; serão remetidos os termos de exame dáquellas escolas, por eles será vsª que compareceram 53 alumnos, 39 na diurna e 14 na nocturna; da primeira sahirão 2 promptos em todas as matérias do curso primário e approvados com distincção, os outros tiveram acesso. O governo nunca forneceu a escola nocturna candieiros para sua illuminação, e há sete anos que sua despeza caise por minha conta: peço a vsª que se digne procidências a respeito.Reitero os meus protestos de alta estima e consideração Illutrissimo Senhor - Joaquim Pedro Correa de Freitas - M.D Director Geral da Instucção Publica. - Professor Conrado Conceição Nicolau.[17]

[17] Diretoria Geral da Instrução Pública - Ofícios recebidos, ano: 1871 – 1881, Notação: 12 – APEP.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Obrigatoriamente, os discentes primários para garantirem o recebimento dos recursos da municipalidade deveriam enviar os mapas de frequência com presença e ausência dos alunos. O professor Conrado Nicolau cumpria liturgicamente sua obrigação, mostrando no oficio o quantitativo de alunos comparecidos e faltosos nos exames finais. Todavia, um fato descrito mostra a falta de compromisso do estado "O governo nunca forneceu a escola nocturna candieiros para sua illuminação, e há sete anos que sua despeza caise por minha conta".

A escola funcionava por intermédio dos recursos financeiros do professor que a sustentava na iluminação comprando querosene ou outra substancia inflamável para clarear o ambiente da sala de aula. Certamente, o governo devia ter conhecimento da situação da escola noturna do professor Conrado Nicolau, já que reclamava há 7 anos das dificuldades que passava junto com seus alunos, No documento transmitido a Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, quiçá providencias tenham sido tomada ou não, mas a verdade era que nem sempre a existência da escola noturna representava prosperidade e "progresso", já que manutenção das despesas eram elevadas. Por isso, a presença do Estado tornava-se fundamental para assegurar assistência ao professores e alunos.

A escola noturna não foi pensada para atacar a origem do problemas do analfabetismo, por traz da intencionalidade de seus criadores repousava um discurso dominante "em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada, e redistribuída por certos procedimentos que têm por finalidade conjurar seus poderes e perigos"[18]. Em alguns casos viria para resolver o problema da criminalidade, livrar seu público da barbárie e moldá-los nos cânones da civilidade.

O interior da província, Vigia, Cametá, Bragança, Óbidos, Marapanim, Faro, Monte Alegre, Soure, Santarém, Ponta de Pedras, além de outras freguesias irão ganhar suas escolas para adultos, por outro lado, a efetivação da escola não garantia seu funcionamento, professores tiveram que optar entre a sala de aula ou púlpito da câmara dos vereadores, outros eram acusados de não cumprirem com suas obrigações docentes não enviando o mapa de frequência para diretoria da instrução pública na capital " maldita política de Butucudos".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, as escolas noturnas do sertão do Grão-Pará foram criadas na efervescência do sangue de liberais e conservadores, logo não era se estranhar que estivesse na seara dos

[18] FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de brasileira.dezembro de 1870[Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio]- 4ª Ed. - São Paulo, Loyola, 1998. P.9.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

conflitos eleitorais envolvendo as duas principais forças políticas no império brasileiro do século XIX. Mas, não há como se negar que havia aqueles que acreditavam nos princípios sociais que a escola poderia oferecer e ensinar aos seus alunos como os princípios do "conhecimento do direito" para construir um pensamento crítico, libertário, conscientizando seus alunos do valor que a cidadania tem na equidade social, como foi desenvolvido pelo vigiense Francisco Ferreira de Vilhena Alves.

Por outro lado, as aulas noturnas para adultos refletiram diversos conflitos que faziam parte a realidade local, desde a falta de materiais, contratação de professores e interesses políticos locais no interior do Grão-Pará. Alguns dos fundadores identificaram na alfabetização de alunos a contabilização de votos na eleições municipais, outros o livramento da criminalidade, cada qual a sua maneira percebiam objetivos distintos na abertura da aula noturnas, em comum a todos, observadas na documentação histórica estava o abandono do adultos pelas leis escolares, um problema, que até o presente faz parte da realidade do Pará e de muitos Estados da federação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura Maria da Silva Araújo. **Educação e instrução no Pará imperial e republicano**. – Belém: EDUEPA, 2015.

BEZERRA NETO, José Maia; JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo (Orgs). **Escravidão urbana e abolicionismo no Grão-Pará (século XIX)** – 1 ed. – Jundiaí [SP]: Paco Editorial, 2020.

BEZERRA NETO, José Maia. Estado, Igreja e Instrução Pública: práticas de reformas civilizatórias no Brasil escravista (Grão-Pará: séc. XIX) – CRV,2021

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial – 2ª ed. – SãoPaulo: Companhia das letras, 2017.

CORREIA, Mailza da Silva. **A educação popular no Brasil império: as primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas (1870-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programade Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação (Mestrado). Universidadedo

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidadedo Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DA SILVA, Alexandra Lima. **Escolas abolicionistas, escolas da liberdade: educação e escravidão na historiografia da educação brasileira**. Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação João Pessoa – Universidade Federal da Paraíba – 15 a 18 de agosto de 2017.

SAVIANI. Demerval [*et al.*]. **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006.

THOMPON. Edward Palmer. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros**; Uma crítica AO pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de Dezembro de 1870**. [Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio]- 4ª Ed. - São Paulo, Loyola, 1998.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.